

Recomendação nº59

Conservação e Gestão de Tunídeos Tropicais no Oceano Índico 2025

Na reunião Anual da Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC), realizada em Banguécoque, em maio de 2024, foram aprovadas 24 propostas, com destaque para procedimentos de gestão específicos para o atum bonito (*Katsuwonus pelamis*) e o espadarte (*Xiphias gladius*). Foram também apresentadas propostas sobre poluição marinha, mudanças climáticas e obrigações de relatórios de transbordo. A União Europeia (UE) defendeu várias posições alinhadas com as recomendações do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP), propondo, por exemplo, para fazer face à situação de sobre pesca do atum albacora (*Thunnus albacares*), o encerramento da pesca por um mês para todas as artes, com exceção para embarcações artesanais, com vista a mitigar os impactos socioeconómicos que pudessem resultar deste fecho. A pesca artesanal das regiões ultraperiféricas é seletiva e as suas capturas respeitam os tamanhos e pesos adequados, o que garante a sustentabilidade destas pescarias e a proteção dos ecossistemas marinhos. De modo a melhorar a conformidade e o controlo, a UE propôs ainda um esquema de embarque e inspeção em alto mar e conseguiu adotar uma resolução sobre observadores regionais, incluindo, também, várias propostas com vista a proteção dos tubarões. Foram adotadas algumas resoluções por iniciativa da UE, nomeadamente a definição de regras mais rigorosas para os transbordos no mar, e a proposta relativa aos observadores regionais. Em relação à gestão dos Dispositivos de Concentração de Peixe (dDCP), foi reduzido o número por embarcação, e regulamentada a implementação de dDCPs biodegradáveis¹.

As atividades de pesca desenvolvidas por algumas frotas asiáticas no Oceano Índico, não cumprem as medidas de gestão estabelecidas, além de que uma porção considerável das capturas é realizada por frotas que utilizam uma mistura de artes, cujo impacto sobre o ecossistema é desconhecido, nomeadamente devido à falta de observadores a bordo. Esta falta de aplicação das regras da IOTC, prejudica as frotas europeias do oceano Índico, nomeadamente de Mayotte e da Ilha da Reunião.

O resumo do estado das espécies de atum e espécies afins sob o mandato da IOTC, bem como de outras espécies impactadas pelas pescarias da IOTC, apontou:

¹ Comissão Europeia. (2024). *Resposta ao parecer do CC RUP sobre a conservação e gestão do atum tropical no Oceano Índico*.

Atum voador (*Thunnus alalunga*)²:

Não foi realizada nenhuma nova avaliação da unidade populacional de atum voador (*Thunnus alalunga*) em 2023, pelo que o parecer de 2024 foi baseado na avaliação de 2022, concluindo-se que a unidade populacional de atum voador não se encontra sobreexplorada ou sujeita a sobrepesca. No entanto, o Comité Científico alertou para uma grande incerteza nos dados recolhidos, notando a necessidade de melhorar a recolha de dados.

Atum patudo (*Thunnus obesus*)³:

Não foi realizada nenhuma nova avaliação da unidade populacional de atum patudo (*Thunnus obesus*) em 2023, pelo que o parecer de 2024 baseou-se na avaliação de 2022, e determinando-se que a unidade de atum patudo estava sobreexplorada e sujeita a sobrepesca, tornando-se alvo de um Procedimento de Gestão, do qual resultou a Resolução 22/03, para estabelecer o Total Admissível de Capturas (TAC) para 2024-2026.

Atum bonito (*Katsuwonus pelamis*)⁴:

Em 2023 foi realizada uma nova avaliação da unidade populacional para o atum bonito (*Katsuwonus pelamis*), baseando-se o parecer de 2024 nesta avaliação, sendo determinando que a unidade populacional de atum bonito não se encontrava sobreexplorada, ou sujeita a sobrepesca.

Atum albacora (*Thunnus albacares*)⁵:

A gestão sustentável da pesca do atum albacora, no Oceano Índico, é urgente, considerando as práticas de pesca insustentáveis de que esta espécie é alvo, associada à pesca ilegal, particularmente a pesca com redes de emalhar de deriva, apesar de estar proibida, o que agrava a pressão sobre a unidade populacional.

² Indian Ocean Tuna Commission (IOTC). (2024). *Stock status summary for albacore tuna (Thunnus alalunga)*.

³ Indian Ocean Tuna Commission (IOTC). (2024). *Stock status summary for bigeye tuna (Thunnus obesus)*.

⁴ Indian Ocean Tuna Commission (IOTC). (2024). *Stock status summary for skipjack tuna (Katsuwonus pelamis)*.

⁵ Indian Ocean Tuna Commission (IOTC). (2024). *Stock status summary for yellowfin tuna (Thunnus albacares)*.

As capturas de tunídeos pelas Partes Contratantes e Partes Não Contratantes Cooperantes (CPC) que implementaram a resolução 21/01 diminuíram. No entanto, as capturas pelas CPC que se opuseram à resolução, continuam muito acima do limite previsto no plano de recuperação, o que diminui a eficácia dos esforços e ameaça a gestão sustentável a longo prazo.

Em dezembro de 2024, o Comité Científico da IOTC, partindo de uma nova avaliação da unidade populacional do atum albacora (*Thunnus albacares*) demonstrou que a unidade populacional não se encontrava sobrepescada, nem sujeita a sobrepesca. A avaliação mostrou uma recuperação significativa da unidade populacional, com uma probabilidade de 89% de estar no quadrante verde do diagrama de Kobe, apesar do Conselho Científico ter alertado para dúvidas nos dados utilizados, especialmente nos índices de Captura por Unidade de Esforço (CPUE), recomendando cautela na definição de futuros limites de captura.

Tubarões:

No que diz respeito aos tubarões, reconhecemos que a UE tem sido pioneira na luta contra a remoção das barbatanas, através da proposta de “barbatanas naturalmente fixas”.

O CCRUP reconhece o empenho da UE no estabelecimento de medidas para reduzir os impactos da pesca, nas espécies sensíveis de tubarões, considerando que os tubarões pelágicos representam uma proporção significativa das capturas acessórias. No entanto, vários fatores contribuem para o incumprimento e para a contínua sobreexploração dos tubarões por parte de algumas CPC, sendo ainda necessária a implementação de mais medidas, para garantir a proteção e a recuperação das populações de tubarões.

O CCRUP recomenda à União Europeia, que continue os esforços que visam a redução da mortalidade dos tubarões, através de:

- Reapresentação de uma proposta relativa às “barbatanas naturalmente fixas” de tubarões e raias;
- Continue a defender medidas que reduzam a mortalidade de tubarões, quando o Comité Científico o recomendar, enquanto se preserva a competitividade das frotas europeias no que diz respeito às capturas acidentais;

- Defenda que as isenções de proibição da captura de espécies de tubarões ameaçadas de extinção, deve aplicar-se apenas às embarcações artesanais e destinadas à subsistência, procurando proibir a entrada de produtos provenientes destes animais, no comércio europeu;
- Incentive uma melhor recolha de dados sobre os tubarões, de modo a obter dados mais fiáveis sobre estas unidades populacionais;
- Apoie a adoção pela IOTC das conclusões e recomendações do workshop de medidas de mitigação de bycatch por palangre (realizado na reunião do WPEB em abril de 2024), ao interditar "shark lines" e estralhos de aço e transicionar para estralhos de monofilamento em todas as pescarias de tunídeos e similares por palangre na área de competência da IOTC.
- Que intervenha perante a IOTC, no sentido de encarregar o *Working Party on Ecosystems and Bycatch* (WPEB) e Comité Científico (CC) de emitir, em 2025, pareceres científicos claros sobre medidas de mitigação adicionais para as espécies de tubarões identificadas pelo CC que requerem uma redução da mortalidade e propor essas medidas para adoção da Comissão em 2026. As medidas devem ser desenvolvidas para todos os tipos de artes e a redução da mortalidade deve ser prioritária para os tubarões de pontas brancas oceânicos, os tubarões-seda e os tubarões-anequim, bem como para os tubarões-martelo recortados e os tubarões-raposa. As medidas adicionais podem também incluir proibições de retenção para certas espécies de tubarões.

Assim, **o CCRUP recomenda que a União Europeia:**

- Tente chegar a um consenso sobre um regime de embarque e inspeções em alto mar;
- Promova compromissos de boas práticas por outras CPCs, evitando a perda de competitividade das frotas europeias, nomeadamente de Mayotte e de La Réunion;
- Promova que seja adotado um plano de gestão para atum albacora (*Thunnus albacares*), em substituição do plano de recuperação, considerando os dados recentes do Comité Científico da IOTC;

- Garantir quotas justas e equitativas para os nossos pescadores;
- Caso o encerramento de alguma pescaria seja inevitável, mantenha a isenção do encerramento de pesca para as frotas artesanais;

Opinião da *Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza (ATAN)*

No que concerne ao Atum Albacora, a ATAN considera que se devia manter na redação que “a pesca excessiva de juvenis agrava a pressão sobre a população”.

Opinião da *Sciaena* e da *Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza (ATAN)*

A Sciaena e a ATAN não concordam que se defenda as medidas que reduzam a mortalidade de tubarões, apenas quando o Comité Científico o recomendar. A defesa dos tubarões deve ser prioritária sem a condicionar a outro tema.